PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

ATA DA 171ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA ANUAL Nº 02/2026

Data: 27 de Fevereiro de 2026

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às nove horas e dez minutos, realizou-se, nas dependências da Paranaguá Previdência, a 171ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do Órgão Gestor do Regime de Previdência Municipal, com a presença dos conselheiros Paulo Charbub Farah, Janete Isabel Passos e Sonia Regina de Araujo representantes do Sindicato dos Servidores Municipais de Paranaguá; Bruno Alves Cunha de Oliveira e Leão Salomão Neto, representantes do Poder Executivo; e Thaís Andressa de Leão, representante do Poder Legislativo. Também participaram o Diretor-Presidente, Ali El Kadri, e o Diretor Financeiro, Sidnei França dos Santos. Iniciando a reunião o Diretor Presidente cumprimentou a todos mencionando a ata da reunião anterior, realizada em janeiro de 2026 que previamente foi enviada aos conselheiros para apreciação e leitura. Não havendo ressalvas, a ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida o diretor financeiro apresentou o relatório da carteira de investimentos referente ao mês de janeiro de 2026 informando que a carteira entregou uma rentabilidade positiva de R$19.842.988,03(Dezenove milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, novecentos e oitenta e oito reais e três centavos) e o Patrimônio Liquido o valor de R$1.076.067.287,35(Um bilhão, setenta e seis milhões, sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos) acrescentou que a maior parte da rentabilidade foi por conta da Ibovespa que fechou a 12,56%, informa ainda, que foi alcançada a rentabilidade 1,907%, considerando a previsão pra meta atuarial pra esse ano que é de 9,80%, esclarecendo que dos dezenove milhões, dez milhões são de renda variável. Prosseguindo informa que foram feitos movimentações pontuais na carteira por decisão do Comitê de Investimento, já por conta da nova Resolução CMN nº 5.272/2025, que tem o prazo de dois anos para adequações, assim foi realizado resgates dos fundos BDRs, que são atrelados ao dólar e realocações pontuais, como R$20.010.532,48(Vinte milhões, dez mil, quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavos) do fundo *Mag Cash FI* e R$8.200.000,00(Oito milhões e duzentos mil) do fundo *AZ Quest Bayes* Sistem, o diretor financeiro esclareceu que a partir de 02 de fevereiro, por conta de a Resolução entrar em vigor não pode mais alocar em renda variável, mas que esses fundos já estavam aprovados para realocação que finalizou em janeiro de 2026. Informa ainda que, foi realizado resgate integral do fundo BB Ações Global, dizendo que por dois anos consecutivos o *benchmarking* do fundo não estava entregando resultados, dessa forma, foi distribuído aos fundos que apresentaram resultados positivos. Menciona ainda, a resolução quanto à aplicação de 100% em títulos públicos. O Diretor Presidente se manifesta respondendo ao Conselheiro Bruno, que foi enviada uma nota a RPC sobre as notícias vinculadas na mídia a respeito da Paranaguá Previdência e o Banco Master explicando que em Junho de 2025 o Banco Master se tornou administrador do fundo *Care11*, que a Paranaguá Previdência tem recursos alocados nesse fundo desde 2017 e quando aconteceu a mudança de administração, o único RPPS que

votou contrário a essa mudança foi a Paranaguá Previdência. O conselheiro Leão Salomão Neto pergunta do fundo *Osasco Propertiers* apontado pelo Tribunal de Contas do Estado, o Diretor Presidente se manifesta dizendo que ele, o diretor financeiro e a diretora administrativa foram ao Tribunal de Contas e foi protocolado junto ao TCE/PR solicitação de prorrogação de prazo para desinvestimento, em razão das dificuldades de liquidez atualmente verificadas, pois foi dado o prazo de cento e oitenta dias para responder o que foi levantado, assim foi entregue um cronograma das ações ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com o pedido de prorrogação dos prazos e fala que uma das ações será entrar judicialmente contra os administradores do fundo. Dando continuidade à apresentação do relatório o diretor financeiro explica que a evolução positiva da carteira foi impulsionada, principalmente pela valorização das ações e pela elevação da taxa SELIC, fatores que contribuíram para que os fundos superassem a meta estabelecida. Fala ainda que dos setenta e cinco fundos que compõem a carteira, sessenta e nove deram rentabilidade positiva e seis fundos registraram desempenho negativo, as rentabilidades negativas concentram-se nos fundos específicos, classificados como "estressados" e em ativos de renda variável no exterior, impactados, sobretudo pela queda do dólar no período, assim finalizou o item investimentos. A conselheira Thais comentou o evento da APEPREV, realizado em Foz do Iguaçu, onde seriam tratados assuntos referente a Resolução CMN nº 5.272/2025, o diretor financeiro mencionou que foram debatidos a reforma da previdência, a nova lei do magistério a as questões que trata dos investimentos, com o prazo de dois anos para adequações e que esses são temas que precisam ser aprofundados, fala também a respeito da reforma da previdência da Autarquia, menciona os estudos e análises que estão sendo realizados pela comissão, para que seja apresentado o relatório da reforma ao Prefeito e a Câmara Municipal. O Diretor Presidente se manifesta dizendo que essa reforma é uma das prioridades. O conselheiro Leão Salomão Neto sugere que esse relatório seja finalizado e apresentado a todos, pois, o diretor presidente informa que o prazo para essa reforma é julho/2026. Prosseguindo a apresentação o diretor financeiro menciona as despesas de janeiro 2026, dizendo que a folha administrativa fechou em R$309.831,22(Trezentos e nove mil, oitocentos e trinta e um reais e vinte e dois centavos) menciona as férias pagas a servidores, as demais despesas permaneceram inalteradas. O Diretor Presidente se pronuncia dizendo que terminou a cessão da servidora Adriana Maia Albini, através da Portaria n° 1912/2026, que determina o retorno da servidora a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Dando prosseguimento, o diretor financeiro menciona o Plano Previdenciário dizendo que houve uma pequena variação, sendo o valor de R$1.776.618,94(Um milhão, setecentos e setenta e seis mil, seiscentos e dezoito reais e noventa e quatro centavos), o Plano Financeiro (Prefeitura, Câmara, RPPS) o valor de R$2.216.359,28(Dois milhões, duzentos e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos) e o Plano Financeiro Comprev o valor de R$418.519,93(Quatrocentos e dezoito mil, quinhentos e dezenove reais e noventa e três centavos), totalizando as despesas em R$4.960.673,80(Quatro milhões, novecentos e sessenta mil, seiscentos e setenta e três reais e oitenta centavos). Os benefícios concedidos foram cinco, quatro por incapacidade laboral e uma compulsória, total de contribuições R$12.363,42(Doze mil, trezentos e sessenta e três reais e quarenta e dois centavos). Dispõe também, sobre as licitações dizendo que a de consultoria financeira foi finalizada, mencionando outras licitações que estão em andamento, bem como o pregão que foi realizado em janeiro 2026, para

PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

contratação de empresa de serviços de informática, com a locação de *software* de gestão previdenciária. Dando continuidade na apresentação, o diretor financeiro informa que anexou ao relatório, o ofício protocolado no Tribunal de Contas do Estado do Paraná e que consta nele em duas etapas, o cronograma das medidas que já estavam sendo tomadas e as que serão realizadas no decorrer dos trabalhos. Menciona também uma auditoria do Ministério da Previdência, que foi a respeito das medidas tomadas em relação ao Banco Master, o que foi respondido no dia 26 de fevereiro de 2026. O Conselheiro Leão Salomão indaga a respeito do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, o diretor financeiro informa que é preciso fechar o SIAM, bem como, a efetiva implantação da Previdência Complementar por parte da Prefeitura Municipal. O Diretor Presidente se manifesta dizendo que já mobilizou uma força tarefa pra fechamento da contabilidade, consequentemente do SIAM. O diretor financeiro retorna a falar da política de investimento dizendo que enviará aos conselheiros a nova política de investimento para leitura e se dispôs a tirar duvidas se for preciso. Informa também que haverá apresentação dos resultados dos investimentos do ano de 2025, de forma aberta a todos interessados, no dia 31 de março, no auditório da Paranaguá Previdência, inclusive para todos os conselheiros. O Diretor Presidente menciona a mudança da composição do Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo, através do Decreto n° 1514/2026 de 13 de fevereiro de 2026. Finalizando o Conselheiro Paulo Charbub Farah, faz uma proposição ao Conselho Deliberativo para constar em ata: Referendo aos atos da diretoria da Paranaguá Previdência quanto ao fundo *Osasco Propertiers*, a tentativa desde janeiro/2026 em regularizar o fundo, o empenho junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e também o pedido de adiamento, que é totalmente viável. A proposição foi aprovada por todos. Nada mais havendo a tratar, foi determinada a lavratura da presente ata por mim, Mariza Voi Frezzatti_____, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. A reunião foi encerrada às dez horas e quinze minutos.

Paranaguá, 27 de fevereiro de 2026.

Conselho de Administração

Paulo Charbub Farah – Presidente
Representante do Sindicato

Thais Andressa de Leão – Vice-Presidente
Representante do Poder Legislativo

Bruno Alves da Cunha de Oliveira
Representante do Poder Executivo

Janete Isabel Passos
Representante do Sindicato

PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

Leão Salomão Neto
Representante do Poder Executivo

Sonia Regina de Araujo
Representante do Sindicato

Ali El Kadri
Diretor Presidente da Paranaguá Previdência

Sidnei França dos Santos
Diretor Financeiro